



## GT 027. Conflitos Socioambientais, Conhecimento Tradicional e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central

Franklin Plessmann de Carvalho (UFRB) - Coordenador/a, Carmen Lúcia Silva Lima (Universidade Federal do Piauí) - Coordenador/a, Alfredo Wagner Berno de Almeida (Universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a, Helciane de Fátima Abreu Araujo (Universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a

No contexto atual, povos e comunidades tradicionais estão sendo impactadas por políticas governamentais e agroestratégias implementadas por conglomerados econômicos produtores de commodities agrícolas. O Grupo de Trabalho, aqui proposto, reunir pesquisadores que estejam refletindo sobre conflitos socioambientais vivenciados por povos e comunidades tradicionais em decorrência dos referidos empreendimentos. A análise privilegiar a relação que se estabelece entre as ações de pesquisa e as ações de resistência, com destaque para a interação entre conhecimentos tradicionais e acadêmicos na formulação e crítica ao desenvolvimento sustentável. Terão prioridades propostas de trabalho que tratem de investigações realizadas na região do Brasil Central, que abrange os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia, Mato Grosso, Pernambuco, norte de Minas Gerais e sul do Pará. A pretensão é socializar os resultados de experiências etnográficas com apoio de cartografias sociais que estejam dialogando com outras produções que abordem os conflitos socioambientais no Brasil Central.

### **Monumentos e narrativas memoriais: um estudo comparativo entre duas cidades planejadas erguidas no século XX**

**Autoria:** Jordanna Fonseca Silva

Goiânia e Belo Horizonte compartilham alguns fatos em comum: foram cidades planejadas como novas capitais dos estados de Goiás e Minas Gerais, respectivamente; possuem uma narrativa de modernidade que são transcritas em seus edifícios, prédios, monumentos, toponímia, conjuntos arquitetônicos. Atualmente, os centros dessas capitais passam por processos de revitalização, requalificação e tombamento de alguns de seus elementos, criando uma atmosfera histórica para o turismo e outras apropriações do capitalismo contemporâneo. As propostas de Circuito Cultural com a criação de museus nos antigos edifícios públicos são encontradas nas duas cidades, com funcionamento já estruturado na capital mineira (Praça da Liberdade), e com o projeto em vistas de execução na capital goiana (Praça Cívica). Ambas as praças possuem centralidade e localizam os respectivos palácios do governo estadual. Isso aumenta as possibilidades para o consumo cultural. De outro lado, esses espaços são cada vez mais segregados, de modo a impedir o acesso de pessoas em situação de rua, cada vez mais crescentes nesses centros. A luta por representações, as disputas simbólicas, ideológicas, envolvem a construção dos espaços (de memória), produzindo uma guerra de lugares entre os grupos de interesse diferentemente posicionados na estrutura social e em suas relações frente ao poder público. A coexistência de diferentes gerações, tradições, com vistas à preservação ou transformação e reestruturação social compõe este cenário de disputas materiais e simbólicas. É a modernidade que inaugura a necessidade de criação desses lugares de memória (NORA, 1993), tais como os monumentos, os museus, a fim de delimitar uma história e, principalmente, um sentido de futuro, de destino, de devir (CHOAY, 2008). Nesse sentido, a preservação patrimonial acontece num jogo político, de interesses, não neutro. Isso é evidente nas políticas para o patrimônio a nível nacional. De modo semelhante, na construção dos regionalismos e distinções locais, fundamentais num país territorialmente continental como o Brasil, a



construção das identidades locais acontece nas regiões e estados. No que concerne a Goiás, pretendemos investigar de que forma o Monumento ao Bandeirante contribui nesse processo de formação de uma identidade goiana. A partir da leitura do Monumento ao Bandeirante e do acervo documental existente sobre ele, cabe investigar se o destino goiano cruzaria o paulista, como um espelho de modernidade, uma vez que sua origem coincide com as bandeiras dos primeiros povoados. No caso de Minas Gerais, tomaremos o Obelisco localizado na Praça Sete para investigar os processos de construção de uma identidade mineira, republicana, afeita aos discursos da independência, emancipação e modernidade.

[Trabalho completo](#)



## Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

**Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA**  
**Diretoria da ABA 2017/2018**  
**Comissão Organizadora da 31ª RBA**

**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

